



CB.PODER

Novo Ensino Médio precisa ter direção

Para o deputado Rafael Brito, PL aprovado pelo Senado ajusta um modelo de ensino que apresentou falhas

» VITÓRIA TORRES*

A aprovação, ontem, no Senado, do Projeto de Lei 5.230/23 — que propõe a reestruturação do Novo Ensino Médio —, pode, finalmente, dar uma direção a esta etapa da educação escolar. A avaliação é do deputado federal Rafael Brito (MDB-AL), presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação. Para ele, o modelo atual apresentou falhas e o PL dá a possibilidade de corrigi-las.

Segundo o parlamentar, o Novo Ensino Médio também foi prejudicado pela falta de orientação pelo Ministério da Educação. “Faltou a orientação do MEC em relação ao itinerário formativo de como aquilo deveria ser colocado dentro da rede (escolar). O ministério é que dá as diretrizes e, sem isso, aconteceu com os itinerários formativos o que a gente viu: aula de brigadeiro, de bolo, de mandala e um monte de coisas que não tem relação com a formação geral básica”, explicou, em entrevista, ontem, ao *CB.Poder* — uma parceria entre o *Correio Braziliense* e a TV Brasília.

O PL aprovado no Senado (leia a reportagem abaixo) terá de voltar à Câmara dos Deputados — que manterá ou não as modificações. Mas, para Brito, pode estar chegando ao fim uma longa novela que prejudica estudantes e professores.

“Neste exato momento, 8 milhões de estudantes no Brasil inteiro, em escolas públicas e particulares, estão estudando em um modelo de ensino médio que já sabem que será substituído. A discussão não é se fica o modelo atual ou entra um novo. Não é justo com os nossos estudantes, servidores da educação e professores alongarmos essa discussão, mantendo esse modelo que, reconhecidamente, deu errado”, afirmou.

Descaso

Para o deputado, é sintomático que a educação não tenha sido um tema que recebeu atenção na última eleição. Apenas confirma, segundo ele,

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Faltou a orientação do MEC em relação ao itinerário formativo de como aquilo deveria ser colocado dentro da rede (escolar). O ministério é que dá diretrizes e, sem essa diretriz, aconteceu com os itinerários formativos o que a gente viu: aula de brigadeiro, de bolo, de mandala e um monte de coisas que não tem relação com a formação geral básica”

Deputado Rafael Brito (MDB-AL), presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação

o descaso com o tema — cujo maior exemplo é o fracasso do Novo Ensino Médio.

“O que a gente tem visto, nos últimos tempos e nas últimas eleições, infelizmente, é que a pauta da educação não está sendo considerada como deveria na hora do voto e na hora da escolha do candidato. Quanto mais a educação, assim como a segurança e a saúde, for considerada na hora do voto, melhor será para a sociedade como um todo. Isso marca a criança, pois ela entra no ensino fundamental em uma

situação complicada. E vai para o ensino médio sem saber o que deveria ter aprendido nessa etapa da vida”, lamentou.

Mas na seara da educação, não há apenas lacunas e problemas — há acertos também. Ele cita o programa Pé de Meia, principal programa do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “É o principal investimento que essa sociedade está fazendo na sociedade do futuro. Quinhentos mil alunos deixam de estudar por ano porque precisam deixar a escola para

trabalhar. Esse é o caminho para que a gente possa ter uma educação de qualidade”, frisou.

O deputado considera injusta a greve dos professores universitários, que se arrasta desde abril e não tem previsão para acabar, sobretudo porque no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro não houve paralisação nas instituições federais. “É um direito do servidor, mas fiquei pensando: o governo deu 9% (de aumento) no ano passado e fez um esforço fiscal para colocar outros 9% em janeiro do próximo

ano. Se você colocar mais ou menos na data-base (que é em maio), seria, arredondando, 4% neste ano. Lançando esse aumento para o começo de janeiro, cobre a data-base deste ano. Acredito que o governo federal tenha feito o seu esforço máximo. Mas quando você sai dessa discussão, e passa para a da política, infla o discurso de uma série de deputados e senadores que deslegitimam a greve”, explicou.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

Projeto com reformulação é consenso e passa fácil

» ALINE BRITO
» MAYARA SOUTO

O Senado aprovou, ontem, o Projeto de Lei (PL) 5.230/23, que reformula o Novo Ensino Médio, em votação simbólica. As principais modificações no texto que veio da Câmara são o aumento de 2,1 mil para 2,4 mil horas nas disciplinas obrigatórias — como português, matemática, ciências — e a inclusão do espanhol como terceiro idioma. No modelo em vigência, são 1,8 mil horas para a Base Comum Curricular e outras 1,2 mil para disciplinas optativas dos itinerários temáticos, que também foram alterados.

O relatório da senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO) fora aprovado mais cedo, na Comissão de Educação, e a expectativa era de que fosse a plenária hoje, apesar do regime de urgência. Porém, por haver consenso entre as bancadas, foi incluído na pauta de votação — e aprovado sem problemas. Por conta das modificações promovidas pelo Senado, a matéria retorna à Câmara.

Segundo a senadora Teresa Leita (PT-PE), o PL que reformula o Novo Ensino Médio põe fim às distorções. “Os itinerários de formação profissional não serão mais invenções, estarão vinculados ao catálogo geral de ocupações. Você não vai mais fazer brigadeiro gourmet ou roupinha de criança. São coisas que a gente sabe que geram uma cadeia produtiva, mas não são profissões, são ocupações. Agora, os itinerários terão esse vínculo com a formação profissional e competirá aos sistemas estaduais a oferta de, no mínimo, dois itinerários”, explicou a parlamentar, que participou da construção do texto — que chegou ao Congresso proposto pelo Ministério da Educação (MEC), depois de debates da Conferência Nacional da Educação (Conae).

Teresa classificou o aumento das disciplinas obrigatórias como “a maior vitória deste relatório”. Ela acredita que o novo texto responde ao pedido do movimento estudantil, que desde o início do governo do

Marcos Oliveira/Agência Senado



Dorinha (entre os senadores Marcos Rogério e Esperidião Amin) relatou PL que reformula Novo Ensino Médio

presidente Luiz Inácio Lula da Silva pede a revogação do formato atual do Novo Ensino Médio — e cobra a implementação de uma reforma.

Aceitação

Marcelo Acácio, diretor de relações institucionais da União

Nacional dos Estudantes (UNE), considerou positivo a redação final do PL. “Conseguimos avançar naquilo que queríamos, principalmente as 2.400 horas e a inclusão do espanhol como terceira língua”, observou.

Hugo Silva, presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubese),

acrescentou que “a gente vai bater de gabinete em gabinete e apresentar a opinião dos estudantes, porque a gente precisa de celeridade nesse processo. Se a gente quiser chegar no ano que vem com o ensino médio com a nossa cara, a gente precisa garantir que o modelo atual seja revogado logo”.

TRAGÉDIA NO SUL

Pedidos de indenização estão perto de R\$ 4 bi

» HENRIQUE FREGONASSE*

O volume de pedidos de indenizações relacionados aos estragos causados pelas enchentes no Rio Grande do Sul aumentou em 132%, entre 24 de maio e 18 de junho, e já ultrapassa os R\$ 3,9 bilhões. Os dados foram divulgados, ontem, pelo presidente da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), Dyogo de Oliveira.

De acordo com o novo balanço, o número de acionamentos às seguradoras mais do que dobrou durante o período (+108,5%) — saltou de 23.441 para 48.870 pedidos. O valor total de indenizações representa um crescimento de 132%, se comparado aos R\$ 1,67 bilhão registrados até 23 de maio.

“Esperávamos um crescimento considerável desse número, que ainda não é o valor final. Acreditamos que deve continuar crescendo. A situação não está estabilizada e isso manteve uma continuidade no processo de avisos dos sinistros”, explicou Dyogo.

Entre as solicitações de indenização por perdas, o maior crescimento está relacionado a seguros de grande risco. O valor total de ressarcimentos solicitados por grandes empresas passou de R\$ 815 milhões para R\$ 1,3 bilhão. O mercado agrícola apresentou o maior aumento quantitativo de pedidos (+84%), passando de 993 para 2.215.

Os acionamentos de seguros residenciais e de veículos também sofreram altas. Durante o mês, o número total de pedidos por sinistros em automóveis e motos passou de 8.216 para 19.067 — um total de R\$ 1,28 bilhão. Já os danos em residências passaram de 11.396 para 22.673, um total de R\$ 523,7 milhões.

Garantia

Segundo o presidente da CNseg, as empresas do setor têm totais condições de honrar os compromissos com os clientes. Segundo Dyogo, vários produtos de seguros oferecidos por essas empresas possuem cobertura para eventos climáticos — como chuvas, vendavais, granizo, entre outros.

“Além das reservas técnicas, as empresas contam com ativos financeiros próprios e resseguros nacional e internacional. São valores perfeitamente cabíveis e as seguradoras estão preparadas para cumprir os pagamentos”, garantiu.

Ainda de acordo com o presidente da CNseg, a volta das chuvas e a nova elevação do rio Guaíba nos últimos dias poderão aumentar ainda mais a conta do ressarcimento aos segurados gaúchos. Para Dyogo, mesmo sem a apresentação de uma perspectiva final, o desastre será confirmado como o “maior evento singular de impacto no mercado de seguros da história do Brasil”.

“Entretanto, ainda é cedo para falar sobre os efeitos. Por um lado, o estado do Rio Grande do Sul deve ter uma queda na contratação de seguro neste momento, pois seguradoras e corretores estão operando com dificuldades. Por outro lado, isso funciona como um alerta para a necessidade de contratação do seguro, semelhante ao que aconteceu no pós-pandemia”, salientou.

De acordo com o último balanço da Defesa Civil gaúcha, de terça-feira, 478 municípios foram afetados pelas inundações e 10.485 continuavam em abrigos. Os desalojados são 388.781 e há 177 mortes registradas.